Daniel Patire

Regina defende avanços de proposta em debate

A Extensão e os índices

Definição de dados amplia chances de obtenção de recursos

Regina Lucia Monteiro, sub-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj)

Por que avaliar? Por que precisamos medir? – Precisamos de uma régua que nos diga se a extensão que está sendo feita é boa e suficiente, se está produzindo transformações no processo de formação acadêmica, se está produzindo transformações nas relações entre a universidade e os demais espaços sociais.

Fomos capazes de desenhar alguns critérios tanto para o ensino quanto para a pesquisa, mas não para a extensão. E isso se deve à própria natureza da ação extensionista. Ela pode envolver 100 mil pessoas em ações de promoção da saúde, ou vinte indivíduos que apresentam seus saberes a uma plateia de estudantes. Como saber qual delas é melhor?

Precisamos de índices para institucionalizar a extensão universitária. Porém, isso pode trazer amarras a essas ações, antes flexíveis, impossibilitando que elas tragam as contribuições que têm feito.

Para responder a esses dilemas, o Forproex (Fórum Nacional dos Pró-reitores de Extensão Universitária de universidades públicas) faz uma revisão do Plano Nacional de Extensão, da década de 1980. E indica índices que possam medir o impacto social das ações, bem como o impacto na formação dos estudantes e a produção acadêmica surgida a partir das experiências vivenciadas.

Neste momento, a proposta é analisada pelas universidades de todo o país. A avaliação da extensão universitária é necessária para apresentarmos resultados e planejamentos de ações de acordo com o plano de desenvolvimento das instituições. Além disso, com esses dados, podemos sensibilizar o Ministério da Educação, bem como agências de fomento, da necessidade de financiamento dos projetos de extensão para a produção de conhecimento consistente e que atenda às demandas sociais do Brasil.

Daniel Patire

Na opinião de Habib, área envolve investigação, formação de jovens e interação com sociedade

Extensão: reconhecimento, valorização e avaliação

Atividade precisa se tornar mais institucionalizada, mas, para isso, é necessário estabelecer indicadores

Mohamed Mostafa Habib, pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp

No título da apresentação, destaquei três itens praticamente ausentes nas atividades de extensão das nossas universidades paulistas. É muito fácil reconhecer, é muito fácil valorizar e é muito fácil avaliar atividades de pesquisa como o carro-chefe da instituição; o ensino, em segundo lugar; e a extensão, se algum professor tiver vontade de fazer.

As instituições federais de ensino superior avançaram muito na compreensão da extensão, a partir da Constituição Federal, que estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seus professores produziram e debateram muito sobre essa atividade. Eles também criaram indicadores, critérios de avaliação. Ao passo que as estaduais, em geral, pararam no tempo e não participavam desses debates.

O governo federal, para liberar verba a partir de um edital, precisa respeitar uma lei que diz que as atividades em parceria com qualquer outra instituição que não seja federal devem ter uma contrapartida de 20% do valor repassado pelo governo.

E temos problemas graves em todas as estaduais com relação ao financiamento das atividades de extensão. A Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) rejeita projetos de extensão, por achar que eles não envolvem pesquisa. A extensão envolve investigação científica, envolve a formação dos jovens, envolve prestação de serviço, envolve interação com todos os setores da sociedade. Enfim, ela é o palco onde todas as nossas atividades acadêmicas interagem e trabalham.

Para mudar esse quadro, nós, pró-reitores de Extensão das universidades estaduais e municipais, temos atuado em espaços como a Abruem (Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais) e o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas).

Contudo, se nós queremos tornar a extensão uma atividade institucionalizada, reconhecida e avaliada, temos que ter indicadores. E as universidades paulistas devem assumir esse desafio de debater critérios e parâmetros para essas ações.